

PEDRO PARREIRA ▪ JORGE HUMBERTO SAMPAIO ▪  
LISETE MÓNICO ▪ TERESA PAIVA ▪ LEOPOLDINA ALVES

**ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E  
DO IMPACTO DA AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS  
EM EMPREENDEDORISMO NOS ESTUDANTES DO  
ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO**

**Pedro Parreira | Jorge Humberto Sampaio**  
**Lisete Mónico | Teresa Paiva | Leopoldina Alves**

**Análise das Representações  
Sociais e do Impacto da  
Aquisição de Competências  
em Empreendedorismo nos  
Estudantes do Ensino  
Superior Politécnico**

**Instituto Politécnico da Guarda**  
**2018**

## **Título**

Análise das representações sociais e do impacto da aquisição de competências em empreendedorismo nos estudantes do Ensino Superior Politécnico

## **Coordenação da Edição**

Pedro Parreira

*Unidade de Investigação em Ciências da Saúde: Enfermagem  
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra*

Jorge Humberto Sampaio

*Instituto Politécnico de Bragança*

Lisete Mónico

*Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
Universidade de Coimbra*

Teresa Paiva

*Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior  
Instituto Politécnico da Guarda*

Leopoldina Alves

*Instituto Politécnico de Leiria*

## **Coordenação científica**

Pedro Parreira

## **Equipa de coordenação científica**

Teresa Paiva; Leopoldina Alves; Jorge Humberto Sampaio

## **Revisão de Texto**

Joana Leal

## **Maquetização**

João Rodrigues

## **Capa**

Humberto Pinto

**ISBN:** 978-972-8681-76-0

**Propriedade:** Instituto Politécnico da Guarda; Av. Dr. Francisco Sá Carneiro n° 50 |  
6300-559 Guarda /Portugal

**Contactos:** Telf. 271 220 100 \* Fax 271 222 690\* Email: [udigeral@ipg.pt](mailto:udigeral@ipg.pt)

## **Publicação realizada no âmbito do Projeto PIN – PoliEntrepreneurship Innovation Network**

**Parceria:** Instituto Politécnico da Guarda; Instituto Politécnico de Bragança; Instituto Politécnico de Leiria; Escola Superior de Enfermagem de Coimbra; Instituto Politécnico de Beja; Instituto Politécnico de Castelo Branco; Instituto Politécnico de Coimbra; Instituto Politécnico de Portalegre; Instituto Politécnico de Santarém; Instituto Politécnico de Tomar; Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Instituto Politécnico de Viseu; Instituto Politécnico do Cávado e Ave.

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional

## Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio de toda a rede politécnica, nomeadamente através da participação ativa dos seus coordenadores das edições anteriores onde o estudo foi implementado.

E. Náutica Inf. D. Henrique	IP Guarda
E. Poli. U. Algarve	IP Leiria
E. Poli. U. Aveiro	IP Lisboa
E. S. Enf. Coimbra	IP Portalegre
E.S.H.T. Estoril	IP Santarém
IP Beja	IP Setúbal
IP Bragança	IP Tomar
IP Castelo Branco	IP Viana do Castelo
IP Cávado e Ave	IP Viseu
IP Coimbra	

Agradecimento ao COMPETE pelo cofinanciamento do Projeto Poli Innovation Network – PIN, nº16177, 03/SIAC/2015, em que estes estudos se inserem, no âmbito do PORTUGAL 2020 e o FEDER, fundo estrutural europeu.



## INTRODUÇÃO

1. A Educação para o Empreendedorismo no Ensino Superior em Portugal e o Projeto PIN / Poliemprende..... 3  
*Teresa Paiva, Leopoldina Alves, Jorge Humberto Sampaio*

## ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2. Representações Sociais: Conceitos básicos e funções..... 15  
*José Cavaleiro, Lisete Mónico, Denize Oliveira e Pedro Parreira*
3. Representações Sociais do Empreendedorismo: Revisão integrativa da literatura entre 2007-2017..... 33  
*Amélia Castilho, Anabela Salgueiro, Pedro Parreira*
4. Abordagem estrutural das Representações Sociais..... 55  
*Pedro Parreira, Lisete Mónico, Denise Oliveira, José Cavaleiro, João Graveto*
5. Perceções da Aprendizagem: Processos e modelos de desenvolvimento de competências..... 69  
*Amaia Yuberrasco, Teresa Paiva, Pedro Tadeu, Leopoldina Alves*

## ESTUDOS EMPÍRICOS

6. Representações Sociais do Empreendedorismo: Estudo empírico com estudantes do ensino superior politécnico português..... 85  
*Pedro Parreira, Lisete Mónico, António Gomes, Virgínia Nogueira, José Cavaleiro*
7. Perceção do Impacto da Aprendizagem: O modelo de avaliação da aprendizagem de Donald Kirkpatrick..... 109  
*Amaia Yuberrasco, Teresa Paiva, Elisa Figueiredo*

## CONCLUSÃO

8. Análise das Representações Sociais e do Impacto da Aquisição de Competências em Empreendedorismo nos Estudantes do Ensino Superior Politécnico: Reflexões finais..... 129  
*Teresa Paiva, Leopoldina Alves, Jorge Humberto Sampaio, Pedro Parreira, Lisete Mónico*

## NOTAS CURRICULARES 137

**ANEXOS**

I - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	V
II - ANÁLISE DO IMPACTO DA APRENDIZAGEM	LXIX

## CAPITULO 2

# Representações Sociais: Conceitos básicos e funções

*José Cavaleiro, Lisete Mónico, Denize Oliveira e Pedro Parreira*

### RESUMO

Enquanto forma de conhecimento elaborado e partilhado socialmente, as representações sociais, apresentam um alcance prático e concorrem para a construção de uma realidade partilhada. Este capítulo visa dar a conhecer a teoria das representações sociais. Partindo de uma breve resenha histórica sobre o conceito de representação, define-se representação social sem se descurar as suas bases sociais e a relação sujeito-objeto. Cientes de que diversos aspetos das representações têm sido objeto de discussão conceptual e teórica, revisitam-se os conceitos de representações sociais hegemónicas, emancipadas e polémicas. A emergência de uma representação social é analisada segundo a perspectiva de Moscovici, incidindo sobre os conceitos de objetivação e ancoragem, bem como de propaganda, propagação e difusão, passando pelo conceito de *themata* cultural.

**Palavras-chave:** Representações sociais; Teoria das representações sociais; História das representações sociais; Emergência da representação social; Moscovici.

## Introdução

Poderemos perguntar-nos como é que as pessoas compreendem uma determinada realidade. Uma forma de dar resposta a esta questão consiste em estudar a sua representação social, ou seja, “(...) como forma de conhecimento social (e, portanto, distinto do conhecimento científico)” (Mónico, 2013, p. 526). As representações sociais, como forma de conhecimento elaborado e partilhado socialmente, apresentam um alcance prático e concorrem para a construção de uma realidade comum (Jodelet, 1989a); são geradas na confluência entre configurações sócio estruturais (expressas em posições sociais e em valores, normas e instituições) e reelaborações significativas do objeto de representação, produzidas pelas pessoas no decurso das interações quotidianas. É sobre os conceitos básicos e funções das representações sociais que versa o presente capítulo.

## Breve resenha histórica sobre o conceito de representação

Num processo muito recorrente e que se confunde com a própria dinâmica de constituição das ciências sociais e humanas, o conceito de representação tinha já uma história remota, feita de diferentes formulações e tratamentos disciplinares anteriores a Moscovici. Em Durkheim (n.d.), o conceito é uma das bases teóricas para o estabelecimento de um programa para a Sociologia e refere-se explicitamente a uma dimensão coletiva das representações, geradas pela ação de estruturas sociais e que, por enquadrarem o pensamento ideológico, religioso e científico, se tornam essenciais para a forma como os indivíduos compreendem e atuam no mundo. Nesse sentido e enquanto factos sociais, as representações coletivas são não só exteriores e anteriores aos seus estados e manifestações individuais, como tendem a ser internalizadas, a exercer pressão e a suscitar uma acomodação dos comportamentos. Elas constituem deste modo um fundo de concordância, o sistema cultural sobre o qual se estabilizam as relações sociais e se perpetuam formas específicas de pensar, sentir e agir.

Para a filosofia racionalista e empirista, ainda no séc. XVII, o conceito de representação tinha um significado bem diverso enquanto processo ligado à construção de conhecimento. As representações que importam a Descartes e Locke são representações mentais, sendo que em qualquer dos autores as representações fiéis da realidade só podem provir da reflexão e da cognição individuais, ignorando a cultura e as verdades estabelecidas pelas tradições e pelo senso comum, destinadas a errar e a reproduzir conhecimento ilusório.

Num olhar muito rápido para a gênese do conceito, verificamos, portanto, que nele se cruzam perspectivas científicas e linhas de pensamento diversas, atraídas pela variedade de temas que através dele podem ser analisados. A polimorfia de conteúdos que se foram desenvolvendo de então até à atualidade é prova desta riqueza simbólica mas, curiosamente, este processo de sofisticação conceptual acaba por decorrer paralelamente com um outro de progressiva restrição e fechamento sobretudo num campo disciplinar. É à Psicologia Social que cabe esta especialização e dela resultaram várias escolas, cuja diversidade de focos não impede ainda assim que se assinalem pontos de convergência em torno de duas conceções fundamentais sobre o que são as representações sociais e o que significa estudá-las (Marková, 2012, p. 490).

A haver um momento fundador que assinale, tanto a nível teórico como empírico, o início da formação do campo da Teoria das Representações Sociais, ele será o da publicação de *La psychanalyse: son image et son public*, em 1961 (Moscovici, 1961). Neste estudo, Moscovici analisa não propriamente o discurso científico e profissional da psicanálise, mas o modo como esta forma de conhecimento foi transformada e apropriada pelo senso comum e pelos media, até se tornar uma referência política e social do pensamento, primeiro europeu e depois mundial, ao longo da segunda metade do século XX (Moscovici, 1961). Os objetos tratados são, portanto, as formas de comunicação e os argumentos envolvidos neste processo coletivo e pessoal de transformar em crenças, ideologias, mitos e lógicas interpretativas, mais espontâneas ou elaboradas, aquilo que nasceu como teoria e método terapêutico da psique humana.

## **As bases sociais das representações e a relação sujeito - objeto**

É a Doise (1986, 1989a, 1989b, 1990) que se deve a melhor explicitação das bases sociais das representações. No seu texto de 1992, Doise afirma que a teoria das representações sociais foi construída sobre as noções de sistema e de metassistema, bem antes do aparecimento do pensamento sistémico.

Moscovici teria concluído que, no pensamento infantil como no do adulto, intervêm dois sistemas cognitivos que estão na base de suas características comuns:

(...) podemos observar a construção de dois sistemas cognitivos, um que precede as associações, inclusões,

discriminações, deduções, ou seja, o sistema operatório, e outro que controla, verifica, seleciona com a ajuda de regras, lógicas ou não; trata-se de um conjunto de metassistemas que retrabalha a matéria produzida pelo primeiro. (Moscovici, 1976, p.254)

Com base nessas considerações, Doise (1992) formula sua definição própria para as representações sociais, incorporando explicitamente à questão moscoviciano central a perspectiva de Bourdieu (1987; 1991) no que se refere à inserção social dessa forma de pensamento:

é a análise das regulações efetuadas pelo metassistema social no sistema cognitivo que constitui o estudo propriamente dito das representações sociais, desde que suas ligações com as posições específicas num conjunto de relações sociais sejam explicitadas. Segundo essas posições, os princípios organizadores do metassistema variam; eles podem, por exemplo, exigir uma aplicação rigorosa de princípios lógicos através de um trabalho científico, ou visar, sobretudo, a defesa da coesão do grupo quando em conflito com um outro grupo. Nos dois casos o funcionamento cognitivo, como é entendido habitualmente ou como o entendem os autores que trabalham sobre a cognição social é, com efeito, regido por regulações sociais diferentes, por relações normativas que controlam, verificam, dirigem as operações cognitivas. (Doise, 1992, p.13).

Ao destacar as estruturas cognitivas como centrais na construção das representações, o autor indaga: quais regulações sociais atualizam quais funcionamentos cognitivos em quais contextos específicos? A resposta a esta questão envolve a afirmação de que os contextos e as regulações sociais referem-se ao espaço vivencial, propriamente dito, onde as representações são construídas.

Estas diretrizes conceituais afastam a teoria das representações das epistemologias fundacionais e da visão de que todo o conhecimento radica num potencial da mente humana considerado na sua dimensão estritamente individual, ao mesmo tempo que a demarcam do racionalismo kantiano, tão influente na sociologia como na psicologia, e que toma o conhecimento como um resultado do desenvolvimento intelectual contínuo e inelutável dos homens e das sociedades. Na sua origem estão, como vimos, as propostas de Moscovici (1961) para que se encarem as representações como sinónimo de conhecimento, fenómenos sociais e culturais dinâmicos, elaborados e transformados através da linguagem e das trocas comunicacionais. As representações formam-se

nesse diálogo, nas relações entre todos os atores sociais e um “outro generalizado” sempre presente, qualquer que seja o contexto cultural.

A comunicação intersubjetiva, entre indivíduos, grupos e culturas, com as suas assimetrias, descontinuidades e tensões, pode desembocar em compromissos ou em conflitos, em transformações dos pressupostos do conhecimento ou na sua manutenção, de acordo com aquilo que for mais pertinente num quadro que é o das condições socioculturais vigentes. Não é um processo que possa garantir uma aproximação progressiva a formas de conhecimento mais perfeitas, ou à realização plena das capacidades humanas, mas tão só à transformação dos sistemas de representações ou das formas de conhecimento noutros que vêm tomar o seu lugar.

Abric (1994) discute um aspeto importante relativo à teoria das representações sociais, qual seja, a sua constituição na relação entre sujeito e objeto. Afirma o autor que o ponto de início da teoria de representação é o abandono da distinção clássica entre o sujeito e o objeto. A esse respeito Moscovici (1976) afirma que “não existe divisão entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo ou do grupo. (...) o indivíduo e o objeto [portanto] não são essencialmente distintos” (p. 9). Para o mesmo autor, o objeto não existe por si próprio, mas sim para um indivíduo ou um grupo e em relação a eles. É, portanto, “a relação estabelecida entre indivíduo e objeto que determina o objeto em si. Uma representação é sempre representação de alguma coisa para alguém”; e “essa ligação com o objeto é uma parte intrínseca da ligação social e deve ser interpretada neste contexto” (Moscovici, 1986, p. 71). A representação é pois vista, sob este prisma, como uma expressão concreta do universo social.

Encarada desta forma, a representação não é, portanto, um simples reflexo da realidade; ela é uma organização significativa que depende, ao mesmo tempo, de fatores contingentes – natureza e dificuldades colocadas pela situação, contexto imediato, finalidade da situação – e de fatores mais gerais que ultrapassam a própria situação – contexto social e ideológico, lugar do indivíduo na organização social, história do indivíduo e do grupo, relações de poder socialmente estabelecidas. A representação funciona como “um sistema de interpretação da realidade”, que rege as relações dos indivíduos com seu ambiente físico e social determinando, desta forma, suas práticas; pode-se caracterizá-la ainda como um “guia para a ação”, uma vez que ela orienta as ações e as relações sociais; finalmente, deve-se considerá-la como um sistema de pré-decodificação da realidade, porque ela determina um conjunto de antecipações e de expectativas.

## Definição de representações sociais

Numa primeira tentativa de definição, as representações são concebidas como uma construção mental relativa a um objeto, um conjunto organizado de informações, de conhecimentos, de ideias, de atributos relativos a esse objeto. Incluem-se na representação, igualmente, os sentimentos que acompanham a tomada de consciência das propriedades do objeto, sejam eles relativos ao objeto global ou relativos a alguns dos seus traços ou algumas das suas propriedades (Huteau, 1982). Nessa perspectiva, os elementos afetivos são reconhecidos como constituintes das representações sociais, opondo-se ela, assim, às posturas estritamente cognitivistas que destacam apenas o papel da formalização do pensamento nas mesmas. Tais afirmações fundamentam uma determinada posição segundo a qual, ao analisar um constructo mental e social como as representações, deve-se considerar o conjunto de ideias, atitudes, valores e conhecimentos elaborados pelo grupo social e retraduzidos pelo indivíduo na sua experiência particular.

Uma representação social define-se, segundo Abric (2001), como “(...) um conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes, que constitui um sistema sociocognitivo particular composto por dois subsistemas que interagem: um sistema central e um sistema periférico” (p. 82). Para Moscovici (1981), a representação social reporta-se a “um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais” (p.181), que funciona como uma espécie de “teoria do senso comum” (p. 181). As teorias elaboradas pelas comunidades, que lhes proporcionam uma compreensão do mundo à sua volta, referem-se aos mais diversos objetos sociais que pareçam ter alguma importância – real ou imaginada – para a sua existência, identidade e continuidade. As explicações e descobertas científicas veiculadas pelos meios de comunicação de massa são também incorporadas por esse senso comum, como uma sorte de adaptação às exigências do convívio social cotidiano.

Uma segunda linha de conceptualização e abordagem das representações sociais foca-se ainda mais nesta dimensão processual e constitutiva, geradora da própria realidade social, ou pelo menos do modo como essa realidade pode ser percebida pelos atores sociais. A matriz teórica das representações, desde Moscovici que sublinha o aspeto transformativo do seu desenvolvimento, mais propício à mudança do que à estabilização histórica. Jodelet (2013) explica parte deste dinamismo como resultado de práticas, explícitas e intencionais que visam a mudança. Designa essas práticas pelo

termo ‘intervenções’ e descreve-as enquanto atividades que podem provocar a alteração das representações e, através destas, da maneira de pensar de indivíduos e grupos, acabando deste modo por ter impacto sobre as práticas efetivas. E a inversa também é verdadeira: transformações significativas e generalizadas das práticas podem impor ajustamentos às representações sociais que as enquadram.

Em sua definição mais aceita, para Jodelet (1989a), representações sociais são “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem uma finalidade prática e contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p.36).

Outra proposta de Jodelet (1989b) para se pensar a dinâmica das representações é considerar que elas operam como “campos estruturados”. Quer isto dizer que só podem ser analisadas, plenamente, enquanto fenômenos relacionais, cujos conteúdos estão organizados por princípios, criados e assimilados por indivíduos ou grupos que, a partir das posições distintas que ocupam, não agem como entidades singulares, mas como totalidade de forças em interação. O que resulta da ação complementar destes componentes e que afeta os campos depende da relação de forças que mantêm.

A representação enquanto campo socialmente estruturado implica conceber as experiências individuais como decorrentes da realidade social vivenciada pelo sujeito da ação social, realidade esta que se expressa em campos sociais delimitados, tais como, família, categoria profissional, faixa política, etc. Implica, ainda, que as condições sociais de inserção desses sujeitos determinam suas representações e os discursos que as veiculam. Já, ao considerar as representações sociais enquanto núcleo estruturante das ações, afirma-se que o sujeito é produtor de sentido, ou seja, que expressa, em suas representações, o sentido que dá a sua experiência no mundo social. As representações são vistas aqui como uma forma de discurso e de conhecimento, cujas propriedades sociais derivam da situação de comunicação, do lugar social a partir do qual os sujeitos falam e da finalidade do seu discurso (Jodelet, 1986). Ainda para esta autora, as representações sociais, dentro de uma visão menos polarizada, podem ser vistas enquanto elemento facilitador das relações sociais, ou seja, o desenvolvimento das interações entre os grupos modifica as representações que os membros formam de si próprios, de seu grupo social, de outros grupos e de seus membros. Mobiliza uma atividade representativa destinada a regular, antecipar e justificar as relações sociais estabelecidas.

## Discussões conceituais

Poderá dizer-se que os fenómenos de representação social vão além de simples opiniões, atitudes ou imagens. Dada essa complexidade, diversos aspetos ou

dimensões cruciais das representações têm sido objeto de ampla discussão conceptual e teórica no âmbito da psicologia social, destacando-se: a génese social das representações (Sá, 1994; Wagner, 1998); a organização interna das representações (Abric, 1993, 1994, 1998; Guimelli, 1994); e a transformação das representações a partir das práticas sociais (Guimelli, 1994; Flament, 1994; Sá, 1996).

Também a pesquisa empírica das representações sociais tem beneficiado de um contínuo refinamento de métodos e técnicas de coleta e tratamento de dados (Jodelet, 1989b; Doise et al, 1992; Abric, 1994; Moliner, 1994; Sá, 1998). Dentro desta perspetiva, algo de semelhante se passa na relação entre as diversas representações sociais e a cultura como um todo. Cada representação social refere-se e valoriza sobretudo determinados aspetos da cultura, fazendo com que na interação e no confronto entre representações, sobressaíam esses diferentes significados culturais. Na comunicação entre grupos num interior de uma sociedade essas diferenças representacionais e de significados culturais é por demais manifesta. No entender de Moscovici, essa aparente contradição de forças corresponde à natureza da sociedade, uma instância que, na gestão das suas interdependências, inibe ou proíbe muito do que estimula, e que “dans le seul but de se conserver, combat par la règle et l’institution le devenir; à l’intérieur elle s’efforce d’imposer la collusion des forces antagonistes suscitées, à l’extérieur elle tâche de rejeter la possibilité d’une alternative ou d’une pluralité” (1972, p. 366).

O aprofundamento da teoria das representações sociais obriga a que se introduzam outros contributos que exploram não só a relação próxima com o conceito de cultura, como com os de comunicação e linguagem. O primeiro desses contributos aborda a coexistência das diferentes modalidades de pensamento e comunicação dentro daquilo que é o conhecimento de senso comum. Moscovici (1961) propõe que se use o nome de polifasia cognitiva para designar as modalidades de pensamento que, sendo plurais e, nalguns casos, mesmo incomensuráveis, permitem na comunicação apresentar diferentes perspetivas e formular argumentos distintos. O conceito é inerente a todos os tempos governados por modelos de comunicação dialógicos e, portanto, abertos à controvérsia, mas, em momentos de transformação das formas de pensar ou

comunicar, a polifasia pode tornar-se mais evidente e recorrente, nomeadamente quando os diálogos se estabelecem entre diferentes gerações.

## **Representações sociais hegemónicas, emancipadas e polémicas**

Ainda a propósito das representações sociais da psicanálise, Moscovici (1988, 1998) identificou três tipos de representações em circulação na sociedade francesa, demonstrativos do estado polifásico anteriormente referido. Um primeiro grupo, comparável pelo seu carácter tendencialmente absoluto às representações sociais de Durkheim, congrega as todas as ideias que de um modo hegemónico estão estabelecidas e representam grupos altamente estruturados – são as representações sociais hegemónicas, caracterizadas por uma natureza uniforme, sendo equivalentes, pela coerção social que exercem, às representações coletivas de Durkheim (n.d.).

Às representações hegemónicas seguem-se as representações emancipadas de grupos sub ou contra culturais que criam as suas próprias ideias sobre a realidade. Refletem a cooperação entre os grupos, resultam do intercâmbio social de um conjunto de interpretações distintas sobre um mesmo objeto, mas têm um certo grau de autonomia face à interação entre os grupos (Mónico, 2013).

Por último, Moscovici (1988, 1998) distingue as representações polémicas, marcadas pela controvérsia e pelo debate entre grupos defensores e opositores. Estas são produzidas no decurso dos conflitos sociais, refletem posições exclusivas sobre um mesmo objeto e vão-se construindo e desconstruindo em função da conflitualidade que marca as relações sociais (Mónico, 2013). A heterogeneidade de modos de pensamento e das representações que lhes dão forma são inseparáveis da cultura das sociedades contemporâneas e do permanente fluxo transformativo que as anima e que faz da estabilidade uma qualidade puramente transitiva. As representações sociais polémicas podem também designar-se de grupais (Vala, 1993) e captar a mudança social. Considerando que podem sofrer alterações em função de diversos fatores (e.g., modificações nas práticas sociais dos grupos ou existência de conflitos de identificação social; Poeschl, 1998), não constituem construções mentais estáveis. A respeito das representações sociais sobre a clonagem, Mónico (1013) refere que

Ao analisarmos a emergência de uma representação social sobre a clonagem, podemos hipotetizar que, se num primeiro momento talvez se tenha a exercido alguma pressão para a hegemonia (Vala, 2000) no sentido de considerar a clonagem como um atentado aos direitos humanos e à lei natural da vida, num segundo momento tender-se-á para a emergência de representações sociais polémicas. Isto porque a posição das pessoas em relação a um dado objecto social não é aleatória, mas antes determinada pelos grupos sociais a que pertencem (Poeschl, 1998; Poeschl, Doise, & Mugny, 1985) (Mónico, 2013, p. 527)

No mesmo texto que marca o início deste campo teórico, Moscovici deixou outro contributo para se entender o lado processual e o papel da comunicação nas representações sociais. As experiências diretas dos indivíduos e dos grupos a que pertencem são determinantes na formação de redes de significados culturalmente partilhados, mas muito desse conhecimento corrente tem na realidade outras fontes originais. A este propósito, Moscovici fala de uma “dimensão figurativa” (1961) para se referir à transformação, através de metáforas, figuras e mitos, de formas de conhecimento e de representações mais elaboradas em esquemas discursivos, explicativos e ilustrativos, que integram o senso comum. As artes, a literatura e as ciências são as fontes predominantes de alimentação desse imaginário coletivo.

## **A emergência de uma representação social segundo Moscovici**

A função crítica que a comunicação desempenha na produção e circulação de representações sociais leva Moscovici (1961) a propor dois outros conjuntos de conceitos operativos. O primeiro remete para os processos que regulam a formação das representações (Ordaz & Vala, 1997), designadamente, a objetivação e a ancoragem (Moscovici, 1976).

### ***Objetivação e a ancoragem***

Estes processos dão-nos conta dos modos como o social transforma um conhecimento em representação e como essa representação vai transformar o social (Moscovici, 1984b).

A objetivação tem um papel fundamental na emergência das representações sociais, dado que analisa os modos pelos quais um conceito é pensado de modo objetivo, isto é, ganha materialidade e se torna expressão de uma realidade vista como natural. Nas palavras de Moscovici, "c'est elle

[objetivação] qui, par une mise en images des notions abstraites, donne une texture matérielle aux idées, fait correspondre des choses aux mots, donne corps à des schémas conceptuels" (Moscovici, 1984b, p. 367). Este processo ocorre em três fases (Moscovici, 1976): retenção seletiva da informação e descontextualização dos elementos selecionados, esquematização estruturante e naturalização. Enquanto a primeira nos dá conta do modo como as informações, crenças ou ideias do objeto de representação, de acordo com um conjunto de normas e valores, são alvo de um processo de seleção e descontextualização, a segunda corresponde à organização dos elementos da representação num esquema figurativo; este indica-nos os elementos fundamentais da representação e a sua organização em termos de um padrão de relações estruturadas. A última fase, a naturalização, ocorre quando os elementos do esquema figurativo e suas inter-relações se constituem como categorias naturais e adquirem, por si só, materialidade; produz-se assim uma "biologização" do social (Moscovici, 1984b), na medida em que o abstrato, exprimindo-se em imagens e metáforas, concretiza-se numa realidade (Mónico, 2013, pp. 527-528).

A objetivação torna concreto o que é abstrato, opera a transformação de um conceito em algo concreto, quase físico, transforma a relatividade do saber científico em "imagem de uma coisa", reduz, em suma, a distância entre os conceitos científicos e a expressão do real. É importante destacar que se trata, em sua formulação original, de um processo que acompanha a divulgação dos resultados científicos; daí a importância de se ter isso em conta no ensino formal. Sobre este aspeto, pode-se pensar que as noções de atitude e de cognição, como entidades inscritas no indivíduo, ao lado de sua larga utilização, são elas próprias, resultados das objetivações.

Se a objetivação compreende o processo de exteriorização pelo qual os novos objetos são projetados através de imagens ou proposições (Moscovici, 1984a), a ancoragem refere-se à maneira como novos objetos são associados a representações pré-existentes, passando a enquadrá-los. A ancoragem consiste na incorporação de novos elementos de saber a um conjunto de categorias mais familiares, ou seja, em trazer para categorias e imagens conhecidas o que ainda não está classificado e nomeado. Ou, conforme afirma Moscovici (1981), "o que permanece sem classificação e não rotulado parece não existente, estranho e assim ameaçador (...); representação é basicamente um processo de classificação e nomeação" (p.193).

Para que a ancoragem ocorra, a memória serve-se de um mecanismo de escolha dentre vários nela existente. Assim, é estabelecida uma relação dialética entre o positivo e o negativo, resultado que permitirá a classificação imaginária

de um fato, um fenômeno ou uma ação. Por outro lado, é indispensável estudar a ancoragem das atitudes e da cognição no contexto particular do campo social que as gera, caso se pretenda estudá-las como representações sociais.

O processo de ancoragem, inter-relacionado com o de objetivação, é responsável pela formação de um sistema de classificação e de interpretação do real, que orienta as ações dos indivíduos. Embora situada no prolongamento da objetivação, a ancoragem também a precede, na medida em que se refere à integração do objeto representado nos esquemas de pensamento preexistentes e às transformações decorrentes dessa integração (Moscovici, 1976). Estes esquemas de pensamento vão constituir as “âncoras” (Vala, 2000), que possibilitam a construção da representação de um dado objeto. Neste sentido o desconhecido transforma-se em conhecimento familiar, contribuindo para a expressão e constituição das relações sociais (Moscovici, 1976, 1984a) (Mónico, 2013, p. 528).

As duas dinâmicas, da objetivação e da ancoragem, são aparentemente opostas: uma visa criar verdades evidentes para todos e independente de todo determinismo social e psicológico; a outra desenha, ao contrário, a intervenção de tais determinismos na sua gênese e transformação. Por isto, os estudos de representação social não podem consistir somente na recuperação dos saberes comuns, eles devem também ocupar-se das modulações em função de sua imbricação específica dentro de um sistema de regulações simbólicas. Essa afirmação deriva de uma conceção específica de representação devida a Doise (1986), que amplia e complementa a conceção geral, segundo a qual “as representações sociais são princípios geradores de tomada de decisão, que estão ligados a inserções específicas em um conjunto de relações sociais, organizando os processos simbólicos que intervêm nessas relações” (Doise, 1986, p.85).

Articulando três funções de base da representação (cognitiva de integração da novidade, de interpretação do real e de orientação dos comportamentos e das relações sociais), Mocovici (1984b) afirma que a ancoragem se situa numa relação dialética com o processo de objetivação. Já Doise (1992) refere três tipos de ancoragem das representações sociais: ancoragem de tipo psicológico, ancoragem psicossociológica e ancoragem sociológica.

O primeiro tipo limita-se ao estudo de constelações de atitudes ao nível intra e inter individual; trata-se de saber que alterações de atitudes, percepções ou avaliações gerais se encontram ligadas a outras alterações mais particulares. O terceiro tipo debruça-se sobre a relação entre as representações e as pertenças grupais, partindo do pressuposto que experiências comuns aos indivíduos de

um dado grupo originam representações idênticas do mesmo objeto. O segundo tipo de ancoragem encontra-se a meio caminho entre os dois anteriores, já que analisa o modo como as pessoas se situam simbolicamente relativamente às relações sociais, bem como às divisões de posição e categorias características de um determinado campo social. Podemos assim dizer que a ancoragem psicológica ocorre em crenças ou valores gerais individuais, a sociológica nas pertenças sociais e a psicossociológica no modo como são representadas as relações entre os grupos. (Mónico, 2013, p. 528).

### ***Propaganda, propagação e difusão***

O segundo conjunto de conceitos operativos proposto por Moscovici identifica especificamente estratégias de comunicação que servem para a perpetuação das representações. Estas são: a propaganda enquanto forma mais centralizada e ideologizada de comunicação; a propagação - um tipo de exercício comunicativo dependente da crença e centralmente dirigido; e a difusão, um género menos restritivo e mais aberto à diversidade de opiniões e ao contraditório (Moscovici, 1961).

Para melhor compreender a teoria das representações sociais, faz-se necessário ainda destacar as três fases que envolvem sua constituição, descritas por Moscovici (1976): a formação de um “núcleo figurativo”; a implantação de um “instrumento de categorização”; e a atividade do modelo que serve para “dirigir a conduta e para dar um sentido aos acontecimentos”. Essas etapas decorrem de dois processos centrais que explicam a formação das representações: os processos de objetivação e de ancoragem.

No entanto, o mais importante para o propósito atual é a análise da função social da objetivação. Para alguns, ela facilita a comunicação, o que é da maior importância para tecer as ligações sociais; porém, esse processo se dá pela dissociação de um conceito ou de um enunciado em relação a um quadro conceitual científico ou ideológico que responde pelo seu sentido completo. “Tudo se passa como se o senso comum não tolerasse a existência de uma ligação entre os elementos de saberes que ele assimila e os sistemas de saberes de uma outra ordem“, necessitando, portanto, de uma retradução, que é incorporada pelo indivíduo como produção própria (Doise, 1992, p.14).

Themata cultural. Finalmente, pertence também a Moscovici (2000) o conceito de themata cultural, possivelmente o mais importante para explorar as relações entre cultura, comunicação e representações sociais. O conceito baseia-se numa característica fundamental do pensamento humano, o de fazer distinções e compreender os fenómenos a partir de um princípio organizador que são as dicotomias. O pensamento dicotómico permite-nos pensar o

essencial dos quadros de valores e gerar as representações sobre fenómenos que são estruturantes nas sociedades. As antinomias expressam-se ativamente nas línguas de todas as sociedades, mas essa capacidade para fazer distinções opera de modo específico em cada cultura. Nos momentos em que as mudanças culturais são mais profundas, muitas antinomias, que permanecem habitualmente escondidas ou menos presentes, tornam-se explícitas nos discursos públicos, refletindo as tensões e os conflitos existentes. É a partir deste momento que, segundo Moscovici, se pode dizer que novas *themata* se implantam e passam a organizar a reflexão de indivíduos e grupos em torno de determinados temas.

## Considerações finais

"(...) it seems to me legitimate to suppose that all forms of belief, ideologies, knowledge, including even science, are, in one way or another, social representations."  
(Moscovici, 1998, p.234)

A teoria das representações sociais apresenta-se, por um lado, como uma teoria das formas de conhecimento existente em sociedade; incide sobre conceitos e ideias fixados pela tradição, pelo senso comum e partilhados quotidianamente nas interações dentro de cada comunidade. Por o outro, a teoria das representações trata de formas concretas de criar ou apreender essas realidades a que podemos chamar representacionais, daquilo que lhes dá existência através dos processos de comunicação, das práticas sociais, da experiência vivida e de diferentes géneros de mediação e de intervenção.

As representações sociais emergem no decurso das interações sociais, surgindo diferentes representações sociais a partir de relações interpessoais distintas. Sabemos que a renovação é uma constante dos processos de construção de significados partilhados. Todavia, em cada momento histórico, as representações sociais têm de ser capazes de fornecer o sistema de valores, ideias e práticas que suportam a ordem social e facilitam a comunicação e as interações entre indivíduos, grupos e a sociedade no seu todo. Emergem de tentativas de conferir inteligibilidade ao mundo e à vida. É por isso que o conceito e a abordagem das representações sociais continuam a ser tão úteis

para o estudo dos sistemas de conhecimento e a compreensão das práticas humanas.

## Referências bibliográficas

- Abric, J.C. (1993). Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representations. *Papers on Social Representations*, 2(2), 75-78.
- Abric, J.C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J.C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In: Moreira, ASP; Oliveira, DC (Org.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB Editora.
- Bourdieu, P. (1987). *Choses dites*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1991). *Le champ littéraire. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 89, 3-46.
- Doise, W. (1986). Les représentations sociales: définition d'un concept. In: W. Doise, & A. Palmonari (Eds.), *L'étude des représentations sociales* (pp. 5-28). Paris: Delachaux & Niestle.
- Doise, W. (1989a). Attitudes et représentations sociales. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 220-238.
- Doise, W. (1989b). Cognitions et représentations sociales: l'approche génétique. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales*. Paris: PUF., 341-362
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. In R. Ghiglione, C. Bonnet, & J. F. Richard (Eds.) *Traité de psychologie cognitive: Cognition, représentation, communication* (pp. 132-156). Paris: Dunod.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 405, 189-195.
- Doise, W., Clemence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). Représentations sociales et analyses de données. Grenoble: Presse Universitaire de Grenoble.
- Durkheim, E. (n.d.). Representações individuais e representações colectivas. In E. Durkheim (1898), *Sociologia, pragmatismo e filosofia*. Porto: Rés Editora.
- Flament, C. (1994). Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. In J. C. Abric (Ed.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 37-57). Paris: Presses Universitaires de France.

- Guimelli, C. (1994). La fonction d'infirmière: Pratiques et représentations sociales. In J. C. Abric (Ed.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 83-107). Paris: Presses Universitaires de France.
- Huteau, M. (1982). Les mécanismes psychologiques de l'évolution des attitudes et des préférences vis-à-vis des activités professionnelles. *Orientation Scolaire et Professionnelle*, 11, 107-125.
- Jodelet, D. (1986). La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. In S. Moscovici (Ed.), *Pensamiento y vida social: Psicología social y problemas sociales* (pp. 469-493). Buenos Aires: Paidós.
- Jodelet, D. (1989a). *Madness and social representations*. Londres: Harvester Wheatsheaf.
- Jodelet, D. (1989a). Représentations sociales: Un domaine en expansion. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 47-78). Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1989b). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF, p. 398.
- Jodelet, D. (2013). Interconnections between social representations and intervention. In A. S. de Rosa (Ed.), *Social representations in the social arena* (pp.77-88). Londres: Routledge.
- Marková, I. (2012). Social representations as anthropology of culture. In J. Valsiner (Ed.), *The oxford handbook of culture and psychology* (pp. 487-512). New York: Oxford University Press.
- Moliner, P. (1994). Les méthodes de repérage et d'identification du noyau des représentations sociales. In C. Guimelli (Ed.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 199-232). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Mónico, L. S. (2013). Social representations and attitudes toward cloning: Proposal of an empirical study. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 2(1), 525-534.
- Moscovici, S. (1972). *La société contre nature*. Paris: Union Générale d'Édition.
- Moscovici, S. & Vignaux, G. (1994). Le Concept de themata. In C. Guimelli (Ed.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 25-72). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public* (2ème ed.). Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1981). The phenomenon of social representations. In R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp. 15-31). Cambridge: Cambridge University Press.

- Moscovici, S. (1984a). Introduction: Le domaine de la psychologie sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie sociale* (pp. 5–22). Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1984b). Représentation sociale: Phénomènes, concept et théorie. In S. Moscovici (Ed.) *Psychologie sociale* (pp. 357-378). Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1986). L'ère des représentations sociales. In W. Doise & G. Palmonari (Eds.). *L'étude des représentations sociales* (pp. 32-58). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Ordaz, O., & Vala, J. (1997). Objetivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. *Análise social*, 32, 847-874.
- Poeschl, G. (1998). Processus d'ancrage et representations sociales de l'intelligence. *Psicologia*, 12, 85-100.
- Poeschl, G., Doise, W., & Mugny, G. (1985). *Les representations sociales de l'intelligence et de son développement chez des jeunes de 15 à 22 ans*. Education et Recherche, 3, 75-94.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed UERJ.
- Sá, C. P. (1996). Núcleo Central das Representações Sociais. Petrópolis: Vozes.
- Sammut, G. et al. (2015). Social representations: A revolutionary paradigm? In G. Sammut, E. Andreouli, G. Gaskell, & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge handbook of social representations* (pp. 3-11). Cambridge: Cambridge University Press.
- Vala, J. (1993). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 28, 887-919.
- Wagner, W. (1998). Sociogênese e características das representações sociais. I A. S. Moreira & D. C. Oliveira (Eds.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 1-26). Goiânia: AB Editora.